



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Plano Diretor Municipal

Rio Branco do Sul

*PO4 A - Processo de Planejamento
e Gestão Municipal*

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CARLOS ALBERTO RICHA Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI Secretário
JAMIL ABDANUR JUNIOR Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI Superintendente
ROBERTO DIMAS VASCONCELLOS DEL SANTORO Superintendente Executivo
IVO ERICSSON CAMARGO DE LIMA Diretor de Administração e Finanças
JERONIMO PAULO DA CUNHA PIMENTEL DE MEIRA Coordenador de Projetos
MONICA SOARES VIEIRA Coordenadora de Operações
JOSE EDMIR MIRO GASPAR FALKEMBACK Coordenador ER Maringá
LUIZ FERNANDO SALOMON PINTO Coordenador ER Ponta Grossa
VICTOR VOLPI JUNIOR Coordenador ER Região Metropolitana e Litoral
JOÃO ANDRÉ SAROLLI Coordenador ER Cascavel
ANNA CAROLINA SILVESTRI Coordenadora ER Guarapuava
JOSE RICARDO MATTOS DO AMARAL Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
Prefeito
EMERSON SANTO STRESSER

SUPERVISÃO
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Diretoria de Operações



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Plano Diretor Municipal

Rio Branco do Sul

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2010

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2010

DEZEMBRO/2011

CONTRATAÇÃO/SUPERVISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

Rua Horacy Santos, nº 222

CEP: 83.540-000 Rio Branco do Sul - PR

Site: <http://www.riobrancodosul.pr.gov.br/>

CNPJ: 76.105.576/0001-85

Prefeito Municipal – Emerson Santo Stresser

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações

Fernando Domingues Caetano. Analista de Desenvolvimento Municipal – Arquiteto e Urbanista

EXECUÇÃO

ECOTÉCNICA – TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Rua José Fabiano Barcik, 406. Bairro Cajuru.

CEP: 82.940-050 – Curitiba – Paraná

E-mail: etc@ecotecnica.com.br

Fone/fax: (0*41) 3026-8639 / 3026-8641 / cel: 9934-3334

CNPJ: 02.610.553/0001-91



Equipe Técnica da Consultoria ECOTÉCNICA

Coordenação Geral	Esp. Arquiteta e Urbanista Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Coordenação Adjunta	Esp. Arquiteta e Urbanista Vanessa B. Fernandes	CREA-PR 70.332/D
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Nara Yumi Fujii	CREA-PR 103.063/D
Arquiteto e Urbanista	Walter Gustavo Linzmayer	CREA-PR 73.015/D
Biólogo	Luiz Gustavo Andreguetto	CRBio-PR 50.593-7/D
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Eng. Ambiental	Leana Carolina Ferreira	CREA-PR 108.577/D
Eng. Civil / Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Geólogo	Marcelus Vinícius Klinguelfus Borges	CREA-PR 32.742-D
Advogada Esp.	Lúcia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37.951

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo

Erika Naomi Fukunishi

Acadêmico em Engenharia Civil

Murilo Santiago Vargas



Equipe Técnica Municipal do PDM

(Decreto Municipal nº. 3.811/2010)

Coordenador Municipal João Roberto Costa Rosa
Vice-coordenador Municipal Araslei Cumin

Membros:

Secretaria Técnico (Suplente)
Secretaria Mun. de Educação Merina Aparecida Tosto Costa (Aderico Geffer)
Secretaria Mun. de Saúde Maria de Fátima Souza de Sant'Ana (José Ari Nunes)
Secretaria Mun. de Agricultura Olivirde Matias (Alexandre Selinski)
Secretaria Mun. de Meio Ambiente Leandro Petry (Amauri Ribeiro de Cristo)
Secretaria Mun. de Governo Paulo Samir Costa (Edson José Stresser)



Comissão de Acompanhamento de Elaboração do PDM

(Decreto Municipal nº. 3.864/2010 de 30 de Abril de 2010)

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO.....TITULAR (SUPLENTE)

Poder Legislativo Ariel Ribeiro de Cristo (Pedro Proença dos Santos)
Escolas Municipais e Estaduais..... Alessandra Aparecida Rosar (Rosilda Maria Costa)

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.....TITULAR (SUPLENTE)

Associação dos Moradores do Bairro Mina de Ferro..... Paulo César da Luz (Terezinha N. Fiorense)
Associação dos Moradores do Bairro Santo Antônio..... Orlei Matias (João Stresser)
Associação dos Moradores e Amigos da Vila Abrão - AMAVA Eros Vaz Coutinho (Carlos da Silva)
Votorantim Cimentos Brasil S/A..... Mauro Sérgio Polli (Janderson Barros Teixeira)
Defesa Civil..... Mauricio José dos Santos Vaz (Rangel Campos Souza)
Sanepar..... Eliane Tadra Kiel (Denilson Sauer Belão)
Conselho Agrícola..... Air Pinheiro da Luz (Daniel Stresser)
Associação Comercial..... Lídia Rogéria Moura Miranda (Márcia Bedim)
Indústria e Mineração..... Manueu Isalino Cardoso (João Gabriel Nazari)
Associação O Bom Samaritano..... Eloir Bueno (Ezequiel Camilo Leite)
Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com integração Solidária - Cresol..... Joaquim Gregório Rausis
(Sergio Roberto Fiorense)
Representação Comunidade Evangélica..... Eloir dos Santos (Wanderley José da Silva)



APRESENTAÇÃO

O presente documento configura o Produto 04 (P04A) referente ao Processo de Planejamento e Gestão Municipal do Plano Diretor Municipal (PDM) do município de Rio Branco do Sul. O plano vem sendo executado pela Empresa Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. em conformidade com o contrato de prestação de serviços n.º 019/2010, firmado entre a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul e a empresa citada, em conformidade com o Termo de Referência estabelecido pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

A definição do Processo de Planejamento e Gestão Municipal tem como base as avaliações efetuadas em etapas anteriores, contendo a função primordial de adequar a estrutura administrativa municipal e dar suporte à implementação e acompanhamento do PDM, objetivando o desenvolvimento municipal permanente. De acordo com o processo de construção do plano já consolidado em etapas anteriores, o conteúdo deste documento foi originado e debatido com a Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento do PDM, em oficina de capacitação. Nesta, foram discutidas as ações pertinentes a cada eixo de desenvolvimento; elucidada a definição, função e metodologia para elaboração de indicadores; bem como debatidas questões referentes às possibilidades de readequação da estrutura administrativa. Os indicadores foram sistematizados e estão sendo apresentados neste volume, bem como todo o seu conteúdo, para avaliação da Equipe Técnica Municipal, Comissão de Acompanhamento, comunidade em geral e instituição que acompanha e supervisiona este PDM (PARANACIDADE).



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	V
SUMÁRIO	VI
LISTA DE FIGURAS	VII
LISTA DE TABELAS.....	VII
LISTA DE QUADROS	VII
LISTA DE SIGLAS DE ABREVIATURAS.....	IX
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL.....	2
2.1 GESTÃO EM AÇÕES INTERNAS	4
2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA PERMANENTE	12
3 SISTEMA DE INFORMAÇÕES	15
4 CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO	19
4.1 INDICADORES DE PERFORMANCE SISTÊMICA	21
4.2 INDICADORES DE DESEMPENHO DO PDM.....	23
4.2.1 Indicadores dos Eixos de Desenvolvimento	24
4.2.2 Indicadores de Gestão Administrativa	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
6 REFERÊNCIAS	34



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma proposto da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul	3
Figura 2: Estrutura do Sistema de Informações.....	16
Figura 3: Variáveis dos Indicadores.....	21
Figura 4: Indicadores de Desenvolvimento Municipal – 1991-2000	22
Figura 5: Gráfico do Índice de Desenvolvimento Humano, comparativo dos anos de 1991 a 2000.....	22
Figura 6: Gráfico do coeficiente de Gini 1991-2000.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores de performance sistêmica - 2000	23
Tabela 2: Indicadores de gestão em ações internas	24
Tabela 3: Indicadores de Gestão Interna.....	30
Tabela 4: Indicadores de Gestão Democrática Permanente	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ação – Realinhar competências da Secretaria Municipal de Planejamento	4
Quadro 2: Ação – Realinhar competências da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.....	4
Quadro 3: Ação - Realinhar competências da Secretaria de Educação e Cultura	5
Quadro 4: Ação – Realinhar competências da Secretaria de Ação Social	5
Quadro 5: Ação - Realinhar competências da Secretaria de governo.....	5
Quadro 6: Ação - Implantar a Divisão de Habitação.....	6
Quadro 7: Ação – Implantar a divisão de informática	6
Quadro 8: Ação – Implantar um Sistema de Informações de Geoprocessamento - SIG.....	6
Quadro 9: Ação - Readequar o ambiente físico da sede da prefeitura	7
Quadro 10: Ação - Implementar o funcionamento do órgão de Controle Interno	7
Quadro 11: Ação – Complementar dados municipais no site municipal.....	7
Quadro 12: Ação – adequar o endereço eletrônico do sitio municipal.....	8
Quadro 13: Ação - Recuperar receitas próprias municipais	8
Quadro 14: Ação - Promover campanha para incentivo de emissão de notas fiscais	8
Quadro 15: Ação – Readequar as estimativas do planejamento orçamentário municipal.....	9



Quadro 16: Ação – Implantar plano de cargos e carreira para todos servidores municipais.....	9
Quadro 17: Ação - Promover programa de capacitação dos servidores municipais	10
Quadro 18: Ação – Readequar o número de servidores municipais	10
Quadro 19: Ação – Reestruturar área Tributária.....	10
Quadro 20: Ação – compor o quadro de servidores com o profissional geólogo.....	11
Quadro 21: Ação - Promover articulação com atores municipais e esferas estaduais e federais	12
Quadro 22: Ação - Ampliar a participação dos conselhos municipais na gestão municipal	12
Quadro 23: ação – Implantar o Conselho de Desenvolvimento Municipal.....	13
Quadro 24: Resumo das Ações previstas na Adequação da Estrutura Organizacional	14



LISTA DE SIGLAS DE ABREVIATURAS

APP	Área de Preservação Permanente
CAIC	Centro de Atendimento Integral a Criança
CEASA	Centrais de Abastecimento do Paraná
COPEL	Companhia de Energia Elétrica do Paraná
DER-PR	Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
MINEROPAR	Minerais do Paraná SA
ONG	Organização Não-Governamental
PDM	Plano Diretor Municipal
PGRH	Plano de Gestão de Recursos Hídricos
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
RIT	Rede Integrada de Transportes
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIM	Sistema de Inspeção Municipal
SUS	Sistema Único de Saúde
UTM	Projeção Universal Transversal de Mercator



1 INTRODUÇÃO

O Processo de Planejamento e Gestão Municipal tem o intuito, além de garantir a participação da Sociedade Civil por meio da criação de canais, extensivo a todos os cidadãos e segmentos da sociedade, os seguintes objetivos:

- Buscar a transparência no processo de planejamento e gestão municipal;
- Identificar prioridades sociais do município junto à população;
- Acompanhar e avaliar permanentemente a implementação das diretrizes e ações estabelecidas no Plano Diretor Municipal e no Plano de Ações e Investimentos;
- Propor atualização dos planos e projetos desenvolvidos;
- Proporcionar a continuidade do processo de planejamento e gestão do Município.

Este documento estrutura-se a partir dos três capítulos principais elencados:

- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura, contemplando a gestão em ações internas e gestão democrática permanente;
- Sistema de informações;
- Construção de indicadores de avaliação, subdivididos em indicadores de performance sistêmica e indicadores de desempenho do Plano Diretor Municipal.

Igualmente, apresentam-se os pontos cruciais que merecem intervenção dentro do Processo de Planejamento e Gestão Municipal, expondo de uma forma direta a adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, com vistas a ampliar a efetividade na implementação do Plano Diretor Municipal de Rio Branco do Sul, bem como a gestão do desenvolvimento municipal e sua permanente atualização.

Também são apresentadas orientações para a configuração de um sistema de informações a ser implementado na Prefeitura, subsidiando o planejamento e gestão municipal, de forma a produzir os dados necessários com a frequência definida, para dar suporte técnico e político permanente à atividade de planejamento no município.

E por fim, explicita-se a construção de indicadores, onde se objetiva orientar a avaliação anual do desempenho do processo de planejamento e gestão municipal, com metas claramente definidas a serem alcançadas.



2 ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL

A adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul teve início por meio da avaliação da estrutura existente, realizada no Produto 02 – Avaliação Temática Integrada. A partir de então, pôde-se estudar formas de otimizar a estrutura existente e avaliar a necessidade de promoção de capacitações, tendo em vista o suprimento das necessidades identificadas.

A fim de cumprir o que foi delineado pontualmente, isto é, as demandas levantadas por técnicos da prefeitura, comunidade e consultoria, fazem-se necessário atuar com uma Estrutura Administrativa enxuta e flexível de suporte a realização das ações propostas. É importante salientar que a organização municipal é representada por diversos órgãos em diferentes funções. Entre essas cabe citar outras funções que dão respaldo as atividades administrativas, financeiras, tributárias e recursos humanos. Assim como, aquelas que respondem pela atividade fim.

Atualmente, verifica-se a impossibilidade da estrutura física atual e recursos humanos ser suficiente para implementar as políticas definidas no Plano Diretor Municipal, em especial pelo monitoramento, guarda e sistematização das informações referentes ao uso e ocupação do solo urbano e municipal, entre outros. Com relação à efetivação dos projetos de parcelamento do solo (loteamentos, desmembramentos e remembramentos), edificações, consultas prévias, liberação de alvarás, laudos de conclusão de obras e “habite-se”, caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Divisão de Cadastro Técnico. Porém, não com a estrutura de recursos humanos atual. É necessária a readequação e capacitação dos servidores municipais, em especial a contratação de um arquiteto e urbanista e de um geólogo (vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, mas com especial apoio ao citado Cadastro Técnico).

Deste modo, tendo como referência as análises da Lei Municipal n.º 452/1997 e demais leis criadas posteriormente que organizam a estrutura administrativa do município, surge a necessidade de promover a adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul (contratação de pessoal capacitado e aquisição de equipamentos e melhoria da estrutura física da Prefeitura. Esta proposição de reavaliação das competências de determinados órgãos municipais, cabe a Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Divisão de Planejamento, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Ação Social com relação ao Conselho Tutelar, isto em função das atribuições pertinentes a cada Secretaria, que devem ser priorizadas por função da Administração Pública, assim como a implantação de outros órgãos necessários ao atendimento das demandas internas e externas como, por exemplo: Área de Tecnologia da Informação na Secretaria de Finanças e Administração; Área de Habitação na Secretaria de Desenvolvimento Urbano.



Igualmente, cabe ressaltar o organograma apresentado que permite uma visão geral e esquemática da Estrutura Organizacional, que espelha parcialmente a Lei nº 452/1997 e alterações – que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul.

A seguir, o modelo sugerido que contempla órgãos de Aconselhamento, assim como demais órgãos criados, e que não contam no organograma atual.

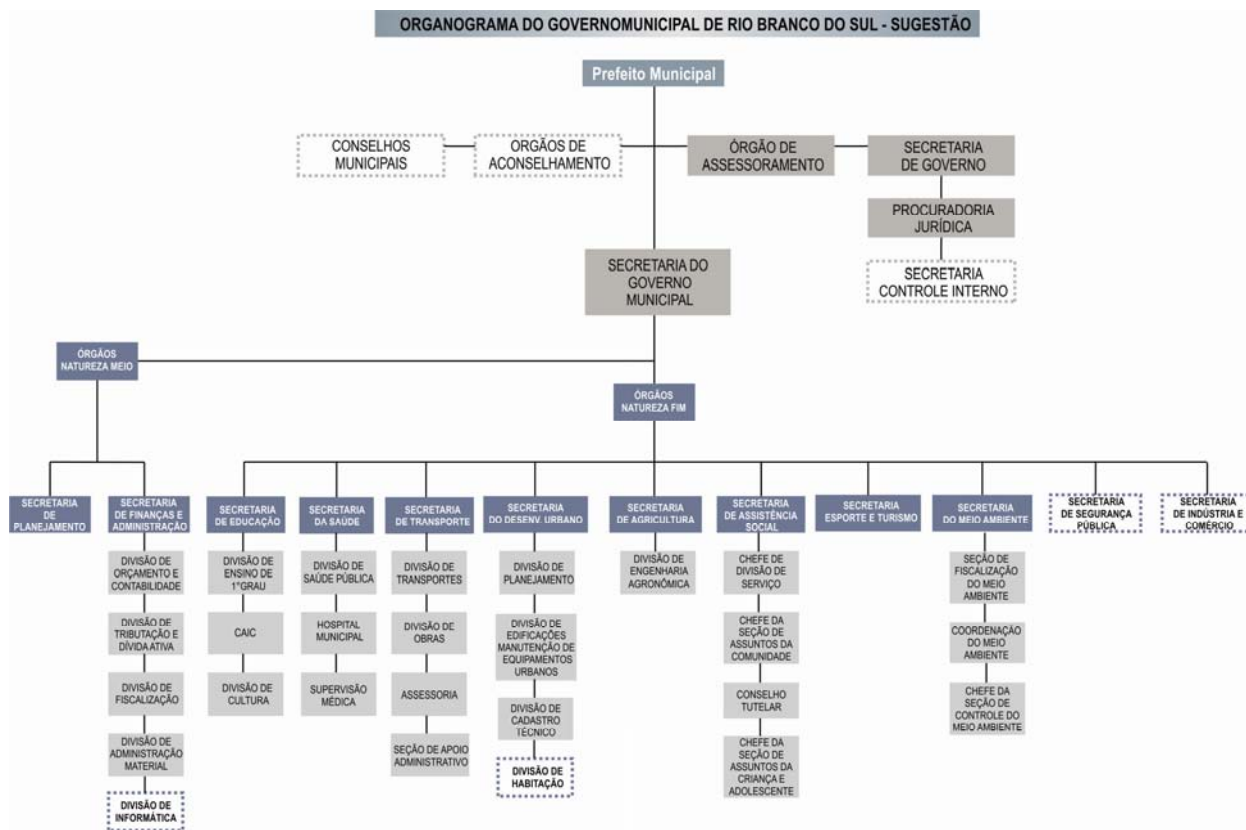


Figura 1: Organograma proposto da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul
Fonte: ECOTÉCNICA, 2011. Com base na Lei Municipal n.º 458/1997 e alterações – Estrutura Administrativa do Município de Rio Branco do Sul

Assim, a fim de cumprir o que foi proposto, e visando à implementação do Plano Diretor Municipal, bem como a Gestão Municipal, a Prefeitura Municipal deverá ter por foco as ações que se seguem, subdivididas em duas esferas: de **Gestão em Ações Internas** e de **Gestão Democrática Permanente**.

2.1 Gestão em Ações Internas

A Gestão em Ações Internas visa à adequação das atribuições e competências da estrutura organizacional da Prefeitura, nas atividades relacionadas às funções: Administrativa, Financeira, Tributária e Recursos Humanos, bem como, aquelas direcionadas a atividade fim. As ações a serem realizadas estão descritas nos quadros que se seguem:

Quadro 1: Ação – Realinhar competências da Secretaria Municipal de Planejamento

REALINHAR COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
Justificativa	A reorganização da estrutura administrativa é imperativa para o município, tendo em vista a necessidade de cada órgão atuar dentro das competências específicas de cada área, pois esse desalinhamento pode comprometer a efetividade das ações necessárias perante o atendimento à comunidade, bem como o atendimento dos demais órgãos municipais. Neste sentido, a readequação das competências da Secretaria de Planejamento se faz necessária. Esta ação é reforçada pelo princípio norteador das ações municipais e, pelo processo de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal. Esta Secretaria vem contribuir sobremaneira nas atividades de implantação do Plano, desde o acompanhamento da efetividade das ações delineadas, até a priorização dos eixos de desenvolvimento e assessoramento de informações.
Objetivo geral	Ajustar as competências da Secretaria de Planejamento
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">▪ Readequar as competências da área;▪ Priorizar as ações relacionadas ao planejamento municipal.
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	Secretaria Municipal de Planejamento

Quadro 2: Ação – Realinhar competências da Secretaria de Desenvolvimento Urbano

REALINHAR COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Justificativa	O projeto de elaboração do Plano Diretor está sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Divisão de Planejamento, conforme descrito na lei 836/2009. O acompanhamento, elaboração e assessoramento são atividades pertinentes a Secretaria de Planejamento Municipal.
Objetivo geral	Ajustar as competências da Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">▪ Readequar as competências da área;▪ Direcionar a outros órgãos as funções que não são a Secretaria de Desenvolvimento Urbano.
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	Secretaria de Planejamento e Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Quadro 3: Ação - Realinhar competências da Secretaria de Educação e Cultura

REALINHAR COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Justificativa	Detectou-se que as ações relacionadas aos cursos profissionalizantes, estão sob a responsabilidade da Divisão de Cultura na Seção de Cursos Técnicos Profissionalizantes. Compreende-se que esta ação é compatível com a área de Educação.
Objetivo geral	Ajustar as competências da Secretaria de Educação e Cultura
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">▪ Readequar as competências da área;▪ Direcionar a outra divisão as funções que não são compatíveis com a área cultural
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	Secretaria de Educação e Cultura

Quadro 4: Ação – Realinhar competências da Secretaria de Ação Social

REALINHAR COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	
Justificativa	O Conselho Tutelar, por se tratar de um órgão consultivo e composto por representantes da sociedade local e servidores municipais, deve permanecer no nível hierárquico de Aconselhamento.
Objetivo geral	Ajustar as competências da Secretaria de Ação Social
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">▪ Readequar as competências da área;▪ Estabelecer o Conselho Tutelar em nível de Assessoramento
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	Secretaria de Governo Municipal e Secretaria de Ação Social

Quadro 5: Ação - Realinhar competências da Secretaria de governo

REALINHAR COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DE GOVERNO	
Justificativa	Dentre as atribuições da Secretaria de Governo, constam as atividades da área de Recursos Humanos, desde o recrutamento, seleção, admissão de pessoal, perícia médica, execução da política geral de recursos humanos, gestão do plano de carreira, entre outras atividades pertinentes a área, entende-se que estas atribuições específicas devem ser conduzidas pela Secretaria de Finanças e Administração.
Objetivo geral	Ajustar as competências da Secretaria de Governo
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">▪ Readequar as competências da área;▪ Estabelecer atividades de Recursos Humanos na área pertinente
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	Secretaria de Governo Municipal e Secretaria de Finanças e Administração

Quadro 6: Ação - Implantar a Divisão de Habitação

IMPLANTAR A DIVISÃO DE HABITAÇÃO	
Justificativa	Entre as prioridades alinhadas na elaboração do Plano Diretor Municipal se faz necessário a existência do órgão responsável pelas questões de habitação no município, tendo em vista a construção dos eixos de desenvolvimento municipal e diretrizes, que retratam as áreas prioritárias para intervenção, proposições para o ordenamento do espaço municipal e urbano.
Objetivo geral	Assegurar, conforme os ditames da justiça social, a execução da política habitacional.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">▪ Avaliar e implementar as demandas de habitação;▪ Instituir e coordenar um sistema de dados e informações relativo à habitação;▪ Realizar estudos sobre problemas fundiários no Município para fundamentar a ação do Governo Municipal.
Prazo de Implantação	Médio Prazo
Responsabilidade	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Quadro 7: Ação – Implantar a divisão de informática

IMPLANTAR A DIVISÃO DE INFORMÁTICA	
Justificativa	Considerando a necessidade de haver um controle centralizado de informática, em razão da quantidade de informações que necessitam circular no âmbito da prefeitura, bem como regulamentar o uso dos recursos de informática, se faz necessário criar um departamento especializado que atenda as carências do processo de informatização interna.
Objetivo geral	Coordenar e desenvolver projetos de Tecnologia da Informação
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">▪ Planejar, supervisionar e manter o controle dos equipamentos, programas e aplicativos de informática no âmbito da administração municipal;▪ Supervisionar a contratação de estudos e projetos para sistemas de processamentos de dados;▪ Atualizar e manter ativo o site oficial.
Prazo de Implantação	Médio prazo
Responsabilidade	Secretaria de Finanças e Administração

Quadro 8: Ação – Implantar um Sistema de Informações de Geoprocessamento - SIG

IMPLANTAR UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE GEOPROCESSAMENTO - SIG	
Justificativa	Este sistema propiciará as informações sobre os dados das famílias residentes no município, os serviços utilizados pelos munícipes, os serviços e equipamentos oferecidos pela prefeitura e a contrapartida de cada munícipe possibilitará à prefeitura um maior controle e gestão dos recursos públicos. Além disso, propiciará a melhoria do acesso às informações dos técnicos de diversas áreas da prefeitura, através da organização e integração das bases de dados.

Objetivo geral	Estabelecer base de dados com informações municipais
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maximizar o controle e a gestão sobre os recursos disponíveis na Prefeitura; ▪ Ter disponibilizado informações municipais; ▪ Integrar base de dados dos subsistemas de informações por município.
Prazo de Implantação	Longo prazo
Responsabilidade	Secretaria de Finanças e Administração

Quadro 9: Ação - Readequar o ambiente físico da sede da prefeitura

READEQUAR O AMBIENTE FÍSICO DA SEDE DA PREFEITURA	
Justificativa	A sede da prefeitura municipal comporta alguns órgãos da estrutura administrativa, no entanto, a disposição dos departamentos compromete o desenvolvimento dos trabalhos internos, tendo em vista o dimensionamento e ocupação dos ambientes.
Objetivo geral	Propiciar um ambiente funcional para execução das atividades
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Otimizar o espaço físico do ambiente de trabalho; ▪ Melhorar a logística interna.
Prazo de Implantação	Médio Prazo
Responsabilidade	Todas as Secretarias

Quadro 10: Ação - Implementar o funcionamento do órgão de Controle Interno

IMPLEMENTAR O FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	
Justificativa	O órgão de Controle Interno atua com o objetivo de avaliar a ação governamental e o cumprimento da gestão fiscal por parte dos administradores. Deste modo, reequipar e adequar instrumentos e ferramentas que auxiliam e propiciem a atuação do órgão é fundamental para suas ações.
Objetivo geral	Aprimorar os controles internos
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalar programas de acompanhamento e fiscalização; ▪ Priorizar o cumprimento da Gestão fiscal; ▪ Instrumentalizar o órgão com suporte humano e físico adequado.
Prazo de Implantação	Médio Prazo
Responsabilidade	Controladoria Interna

Quadro 11: Ação – Complementar dados municipais no site municipal

COMPLEMENTAR DADOS MUNICIPAIS NO SITE MUNICIPAL	
Justificativa	O site municipal é um importante instrumento de comunicação e contato com o meio interno e externo à prefeitura, propiciando fontes de dados, consultas, formulários e notícias, porém atualmente, o site municipal apresenta insuficiência de informação.

Objetivo geral	Atualizar dados do site municipal
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilizar dados municipais; ▪ Divulgar informações, leis municipais, atos municipais; ▪ Aperfeiçoar os recursos tecnológicos de comunicação.
Prazo de Implantação	Curto Prazo
Responsabilidade	Secretaria de Finanças e Administração

Quadro 12: Ação – adequar o endereço eletrônico do sitio municipal

ADEQUAR O ENDEREÇO ELETRÔNICO DO SITIO MUNICIPAL	
Justificativa	O município conta com um endereço eletrônico oficial - http://www.riobrancodosul.pr.gov.br/ , no entanto, os colaboradores adotam endereços eletrônicos particulares como meio de comunicação eletrônica, a exemplo do uso dos provedores: Gmail; IG; Hotmail
Objetivo geral	Padronizar o uso do endereço eletrônico para os servidores municipais
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atuar com o endereço eletrônico com domínio " _____@riobrancodosul.pr.gov.br"; ▪ Alinhar o endereço eletrônico do município frente a padronização do sitio municipal.
Prazo de Implantação	Imediato
Responsabilidade	Secretaria de Finanças e Administração

Quadro 13: Ação - Recuperar receitas próprias municipais

RECUPERAR RECEITAS PRÓPRIAS MUNICIPAIS	
Justificativa	Verifica-se em Rio Branco do Sul elevado índice de inadimplência dos tributos municipais, sendo 60% no ISS e 35% no IPTU. A inadimplência dos contribuintes restringe a capacidade de ação da prefeitura, assim, deve-se efetivar a ação de recuperar as receitas próprias municipais.
Objetivo geral	Baixar o nível de inadimplência municipal.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuir o percentual de inadimplência no ISS e IPTU; ▪ Atualizar cadastro das empresas instaladas na cidade; ▪ Diminuir os processos de cobrança de impostos em dívida ativa.
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	Secretaria de Administração e Finanças

Quadro 14: Ação - Promover campanha para incentivo de emissão de notas fiscais

PROMOVER CAMPANHA PARA INCENTIVO DE EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS	
Justificativa	A realidade orçamentária e financeira da grande maioria dos municípios brasileiros é a arrecadação por meio das Transferências Constitucionais, sendo estas as principais fontes de receita que o município obtém, para fazer frente a seus compromissos. Entretanto, as transferências municipais estão vinculadas ao potencial econômico das cidades e refletem os

	aumentos da renda interna nas repartições dos recursos federais e estaduais. Deste modo, no caso de Rio Branco do Sul, é necessário o incentivo da economia local à formalidade e o aumento na geração de receita própria, pois o retrato atual em termos de transferências constitucionais representa, em torno de 95% do orçamento das receitas, e apenas 5% são receitas geradas no próprio município.
Objetivo geral	Aumentar a Arrecadação Municipal
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a arrecadação das receitas próprias; ▪ Diminuir a informalidade das empresas; ▪ Criar a cultura de emissão de notas fiscais.
Prazo de Implantação	Médio prazo
Responsabilidade	Secretaria de Administração e Finanças

Quadro 15: Ação – Readequar as estimativas do planejamento orçamentário municipal

READEQUAR ÀS ESTIMATIVAS DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO MUNICIPAL	
Justificativa	Verifica-se em Rio Branco do Sul expressivos percentuais de estimativas orçamentárias anuais, para elaboração do planejamento orçamentário de receitas e despesas municipais. Os percentuais adotados ficam muito superiores aos parâmetros de crescimento da economia nacional, que são divulgados por fontes oficiais – Banco Central do Brasil.
Objetivo geral	Adequar novos parâmetros de estimativas de planejamento orçamentário
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Operar com percentuais realistas; ▪ Rever a composição do planejamento das receitas e despesas municipais.
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Planejamento.

Quadro 16: Ação – Implantar plano de cargos e carreira para todos servidores municipais.

IMPLANTAR PLANO DE CARGOS E CARREIRA PARA TODOS SERVIDORES MUNICIPAIS	
Justificativa	Atualmente, foi identificada a existência do Plano de Cargos e Carreiras, somente para os servidores da área de saúde e a área do magistério.
Objetivo geral	Instituir o sistema de carreiras para todos os servidores municipais
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização do quadro de servidores municipais; ▪ Promover a eficiência administrativa; ▪ Qualificar a profissionalização do servidor.
Prazo de Implantação	Longo prazo
Responsabilidade	Secretaria de Administração e Finanças

Quadro 17: Ação - Promover programa de capacitação dos servidores municipais

PROMOVER PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	
Justificativa	Vivencia-se a era do conhecimento e, pensar em qualificar os quadros funcionais é imperativo nas organizações, sejam da iniciativa pública, privada e/ou as entidades sem fins lucrativos. Neste sentido, investir em Recursos Humanos traduz-se na capacitação e atualização dos colaboradores para as funções organizacionais, traduzindo no resultado do trabalho, em melhorias na capacidade de análise, no desempenho das funções, na proposição de soluções, bem como no uso dos recursos da organização.
Objetivo geral	Qualificar o quadro de profissionais municipais
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporcionar atualização constante; ▪ Capacitar para novas atribuições; ▪ Aperfeiçoar capacidade de análise; ▪ Melhorar constantemente o resultado dos trabalhos internos.
Prazo de Implantação	Médio prazo
Responsabilidade	Secretaria de Administração e Finanças

Quadro 18: Ação – Readequar o número de servidores municipais

READEQUAR O NÚMERO DE SERVIDORES MUNICIPAIS	
Justificativa	De acordo com as análises técnicas em conjunto com os técnicos da prefeitura, foi sinalizado que a atual estrutura do Poder Executivo, conta em determinados órgãos com excesso de servidores, e em outros com carência de recursos humanos.
Objetivo geral	Atuar com estrutura enxuta e flexível
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reestruturar o quadro de servidores municipais; ▪ Remanejar servidores para áreas carentes de pessoal.
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	Secretaria de Administração e Finanças

Quadro 19: Ação – Reestruturar área Tributária

REESTRUTURAR ÁREA TRIBUTÁRIA	
Justificativa	A área tributaria quanto a Infraestrutura física e humana, apresenta-se inadequada, em razão da falta de pessoal técnico e fiscais, impactando no controle do registro e das atividades econômicas, que é realizada de modo manual (lançamento em fichas), sem controle por meio de sistemas de informação, essa situação impacta na gestão e controle tributário e arrecadação de receitas próprias municipais.
Objetivo geral	Compor área tributária com quadro técnico e físico
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reavaliar o quadro de servidores da área; ▪ Equipar a área com moveis e equipamentos;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar nº de fiscais na área
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	Secretaria de Administração e Finanças

Quadro 20: Ação – compor o quadro de servidores com o profissional geólogo

COMPOR O QUADRO DE SERVIDORES COM O PROFISSIONAL GEÓLOGO

Justificativa	<p>Tendo em vista as condicionantes ambientais do município de Rio Branco do Sul, especialmente pela sede urbana estar localizada sobre morfologias geológicas cársticas e com isso aumentar significativamente os riscos de desastres provenientes de ocupações indevidas.</p> <p>De forma a auxiliar na ocupação ordenada do território, primando por maior rigor e segurança nas liberações de empreendimentos, alvarás de criação de novos parcelamentos e loteamentos, faz-se imprescindível a contratação de um geólogo para compor o quadro da equipe da Prefeitura Municipal. Suas atribuições seriam voltadas à análise de laudos geológico-geotécnicos para novos loteamentos e construções.</p>
Objetivo geral	Contratar profissional Geólogo
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Priorizar ações do meio físico; ▪ Acompanhar a evolução do solo; ▪ Contribuir no planejamento e na recuperação ambiental.
Prazo de Implantação	Curto prazo
Responsabilidade	Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria do Meio Ambiente



2.2 Gestão Democrática Permanente

Na elaboração deste Plano Diretor foram delineadas propostas diversas, organizadas em eixos de desenvolvimento, diretrizes e ações. Para tanto, esta construção não levou apenas ao *conhecimento da sociedade*, mas sim, sua efetiva participação na elaboração por meio de seus representantes. Deste modo, este inter-relacionamento com a sociedade é um fator primordial na construção da cidade que se deseja. Portanto, não basta apenas uma gestão interna municipal, é necessária a articulação com o meio local, pois a partir deste se viabiliza o apoio para as atividades no desenvolvimento local. Propõe-se aqui como essencial, a gestão democrática permanente a partir das seguintes ações:

Quadro 21: Ação - Promover articulação com atores municipais e esferas estaduais e federais

PROMOVER ARTICULAÇÃO COM ATORES MUNICIPAIS E ESFERAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
Justificativa	O esforço conjunto com os diversos atores da sociedade local, para atingir um objetivo comum – Implementação do Plano Diretor Municipal - reforça a necessidade de uma articulação entre o Poder Executivo Municipal, Poder Legislativo Municipal, Sociedade Civil Organizada e demais órgãos governamentais nas esferas municipal, estadual e federal. Assim, viabiliza-se de modo mais efetivo a captação de recursos para a realização dos projetos estratégicos para a cidade.
Objetivo geral	Otimizar relacionamento com os atores da sociedade
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar relacionamento entre os atores locais para objetivo comum; ▪ Viabilizar a captação de recursos para projetos estratégicos; ▪ Compartilhar soluções; ▪ Priorizar reuniões periódicas com as associações comunitárias.
Prazo de Implantação	Médio Prazo
Responsabilidade	Secretaria de Governo

Quadro 22: Ação - Ampliar a participação dos conselhos municipais na gestão municipal

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA GESTÃO MUNICIPAL	
Justificativa	A atuação de alguns conselhos do município é pouco expressiva na elaboração, acompanhamento e gestão das políticas públicas para a cidade, isto causa pouco envolvimento e falta de entendimento sobre as suas atribuições. Assim propõe-se ampliar a participação efetiva dos conselhos na criação, acompanhamento e gestão das políticas públicas da cidade. Aos conselhos já atuantes, a implantação desta ação representa motivação e melhoria contínua na sua forma de atuar.
Objetivo geral	Dinamizar a participação dos conselhos na gestão municipal
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expandir a interação entre o poder público e os Conselhos; ▪ Analisar e acompanhar as Políticas Públicas; ▪ Promover a elaboração de novos projetos;

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA GESTÃO MUNICIPAL

	<ul style="list-style-type: none">▪ Ampliar o <i>Networking</i> para resultados efetivos e imediatos.
Prazo de Implantação	Médio Prazo
Responsabilidade	Secretaria de Governo

Quadro 23: ação – Implantar o Conselho de Desenvolvimento Municipal

IMPLANTAR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Justificativa	Após a aprovação deste PDM deverá ser efetivado um Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM), o qual ficará responsável pela implementação, monitoramento e revisão das propostas e ações e respectivas Leis do PDM.
Objetivo geral	Efetivar a implementação do Plano Diretor Municipal
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">▪ Acompanhar a implementação das propostas e ações apontadas no PDM e Leis;▪ Promover revisões e adequações do PDM quando se fizerem necessárias;▪ Promover o debate contínuo de questões relativas ao desenvolvimento municipal.
Prazo de Implantação	Imediato (tão logo o PDM seja aprovado)
Responsabilidade	Governo Municipal



Quadro 24: Resumo das Ações previstas na Adequação da Estrutura Organizacional

GESTÃO	AÇÕES
<p>EM AÇÕES INTERNAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realinhar competências da secretaria municipal de planejamento; ▪ Realinhar competências da secretaria de desenvolvimento urbano; ▪ Realinhar competências da secretaria de educação e cultura; ▪ Realinhar competências da secretaria de ação social; ▪ Realinhar competências da secretaria de governo; ▪ Implantar a divisão de habitação; ▪ Implantar a divisão de informática; ▪ Implantar um sistema de informações e geoprocessamento - SIG; ▪ Readequar o ambiente físico da sede da prefeitura; ▪ Implantar o funcionamento do órgão de controle interno; ▪ Complementar dados municipais no site municipal; ▪ Adequar o endereço eletrônico do sitio municipal; ▪ Recuperar receitas próprias municipais; ▪ Promover campanhas para incentivo de emissão de notas fiscais; ▪ Readequar às estimativas do planejamento orçamentário municipal; ▪ Promover programa de capacitação dos servidores municipais; ▪ Readequar o número de servidores municipais; ▪ Reestruturar área tributária; ▪ Compor o quadro de servidores como profissional geólogo.
<p>DEMOCRÁTICA PERMANENTE</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover articulação com atores municipais e esferas estaduais e federais; ▪ Ampliar a participação dos conselhos municipais na gestão municipal; ▪ Implantar o Conselho de Desenvolvimento Municipal.

3 SISTEMA DE INFORMAÇÕES

O Sistema de Informações pode ser definido, segundo RAVANELLO (2006), como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam de um repositório), processam, armazenam e distribuem informações que auxiliam nas tomadas de decisões e no controle de uma organização.

Os primeiros sistemas de informação desenvolvidos, na década de 60 foram largamente implementados sem o auxílio de uma metodologia explícita, onde havia apenas a preocupação com as habilidades técnicas dos programadores, deixando-se as demais para um segundo plano. Nas décadas seguintes passou-se a utilizar sistemas de informações integrados em substituição a soluções específicas para os problemas de cada processo organizacional, a partir de modelos metodológicos para o desenvolvimento de sistemas de informação. Um planejamento municipal adequado e eficiente necessita do estabelecimento de um Sistema de Informações Municipais em consonância com as várias esferas da Prefeitura, em que será possível acompanhar e avaliar a implementação e os resultados do Plano Diretor Municipal e dos demais programas e projetos propostos pelo Poder Público. Em relação aos aspectos referentes à qualidade de vida no Município devem-se estabelecer indicadores.

Definidos os Indicadores e implantado o Sistema de Informações, o Conselho de Desenvolvimento Municipal e a Prefeitura poderão utilizar as informações como subsídio para a elaboração de novos programas, projetos e ferramenta de planejamento. As informações, também servirão de suporte para as atividades administrativas e de gestão do Poder Público, orientando as prioridades de investimentos, além de assegurar à população o direito ao acesso à informação e publicidade sobre o conteúdo dos documentos estudos, programas e projetos (exceto em caso de situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança do indivíduo).

O Sistema de Informações proposto, a seguir, tem o intuito de fornecer subsídios e também diretrizes ao município, de forma a instaurar um ponto inicial para o processo de elaboração do sistema de informação. No entanto, este deve ser objeto de elaboração detalhada e específica posteriormente, uma vez que foge ao escopo deste Plano Diretor Municipal.

Segundo diversos autores, para a organização e arquivamento de informações e documentos públicos devem-se considerar todos os tipos de documentos e todas as fases. Não basta definir somente onde serão guardados, mas a forma de arquivamento, de modo a existir um registro e acompanhamento de seu trâmite pela Prefeitura que deve estar ligado a um sistema de informações integrado, e ainda, a existência de um sistema de racionalização dos procedimentos administrativos.

Aliado à readequação da estrutura administrativa da prefeitura, o sistema de informações municipal a ser manipulado por funcionários capacitados, possibilitará a rapidez dos procedimentos administrativos diminuindo a burocracia que prejudica o funcionamento da administração municipal.



O Sistema de Informações proposto deve atender ao critério de simplificação, clareza e economicidade e, assegurar a divulgação dos dados por meio de publicações em jornais e página eletrônica da Prefeitura Municipal. Assim, propõe-se uma subdivisão em quatro subsistemas da seguinte forma (Figura 2).

- ❑ Subsistema Banco de Dados
- ❑ Subsistema de Indicadores;
- ❑ Subsistema Documental;
- ❑ Subsistema de Expectativas da Sociedade.

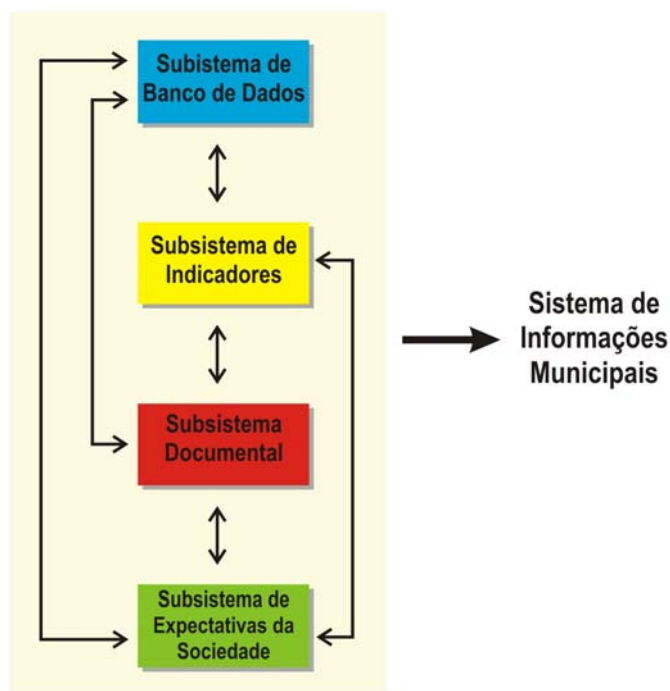


Figura 2: Estrutura do Sistema de Informações
Fonte: ECOTÉCNICA, 2011

Subsistema de Banco de Dados

Para o subsistema de banco de dados, propõe-se a compilação de uma série de dados para a elaboração de regulamentações, execução de fiscalizações e orientações e viabilização de planos, programas e projetos públicos. É importante que os dados sejam arquivados em meio digital e quando possíveis espacializados em mapas, e que dentro do possível todas as áreas do município sejam cadastradas. Para o banco de dados inicial, podem fazer parte os mapas temáticos elaborados no processo de elaboração do Plano Diretor Municipal. É importante que as informações sejam georreferenciadas e compatíveis com o Sistema UTM. As principais ações iniciais para a implantação deste subsistema são:

- ❑ utilização de um gerenciador de banco de dados, através da formação do primeiro banco, incorporando as informações cartográficas;
- ❑ implantação do relacionamento com o Cadastro Imobiliário, e os Setores Censitários do IBGE;
- ❑ levantamento, classificação, e (re)agrupamento das bases de dados, produtos elaborados e demais classes de informação para migração e armazenamento em bancos de dados. Devem constar informações socioeconômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, de uso e ocupação do solo, sobre a infraestrutura, espaços públicos, equipamentos comunitários, sistema viário, transporte, meio-ambiente, cadastro imobiliário, e demais julgados pertinentes e disponíveis;
- ❑ elaboração de uma base cartográfica digital em escala adequada ao planejamento municipal e urbano (mínimo de 1:2.000);
- ❑ aquisição, através de convênios ou parcerias, de uma coleção de imagens de satélite ou fotografias aéreas em escala adequada (como imagens orbitais QuickBird com resolução de 0,7m ou ortofotos em escala 1:20.000).

Ressalta-se que os pontos acima tratam de investimentos que permitirão inclusive retorno financeiro para a Prefeitura, já que poderão possibilitar um incremento na arrecadação municipal. O aumento da quantidade de informações e dados a serem obtidos acerca do município também possibilitará análises mais precisas e condizentes com a realidade, facilitando a realização das ações da Prefeitura. Destaca-se a necessidade de constantes atualizações destas informações.

Subsistema de Indicadores

Para a implantação do subsistema de indicadores, definidos a partir de estudos realizados pela consultora para avaliação da eficiência do PDM, e apresentados na seqüência, propõe-se uma sistematização e acompanhamento freqüente da evolução dos resultados. As informações repassadas pelos respectivos departamentos ou organizações afins, ou oriundas do próprio sistema de informações, devem periodicamente ser alimentadas a esse subsistema, gerando alternativas estatísticas e visuais (como gráficos), que servirão de apoio ao planejamento municipal, além de possibilitar um melhor conhecimento da realidade do município.

Subsistema Documental

Para o subsistema documental propõe-se que seja elaborado um índice e registro de todos os documentos (como, por exemplo, no sistema MicroSIS), incluindo estudos, planos (como este PDM), projetos, leis, decretos, portarias entre outros, de preferência em formato digital. Os documentos equivalentes em papel podem ser arquivados na biblioteca ou no Arquivo da Prefeitura.

Para o arquivamento dos documentos, estes deverão estar preferencialmente em formato digital, classificados por área (administrativa, jurídica, planejamento, dentre outros), tipos (lei, decreto, estudo, projetos) e por prazo



de arquivamento (documentos de utilização constante, de arquivamento temporário e arquivamento definitivo). Todos os documentos existentes deverão estar registrados no índice de forma a apresentar sua classificação.

Subsistema de Expectativas da Sociedade

Para o subsistema de expectativas da sociedade, propõe-se a sistematização de qualquer material já produzido e coletado (ou a produzir), referente às expectativas da sociedade em relação ao desenvolvimento municipal. Desse material fazem parte os resultados de atas de reuniões, audiências públicas, processos participativos de planos e projetos específicos, materiais coletado através de sites, e-mails e caixas de sugestões, dentre outros. Esses dados devem ser armazenados de forma que possam ser resgatados constantemente, sem que caiam no esquecimento, já que se trata de solicitações da população. Para continuidade e efetividade do subsistema, os materiais devem ser encaminhados sistematicamente para os devidos departamentos ou organizações afins, onde poderão ser processados.

Uma consideração importante para o Sistema de Informações é que seja possível a integração deste com outros sistemas externos à Prefeitura. Ou seja, o sistema deve ser moldado de forma a possibilitar o *input* de informações de sistemas de outras instituições, como Companhia de Energia Elétrica do Paraná (COPEL), Sistema Único de Saúde (SUS), Departamento Municipal de Educação e Saúde, entre outros.

O Executivo, através do departamento designado para exercer a função de operador do sistema, deverá manter permanentemente atualizado o Sistema de Informações Municipais, que deverá conter, minimamente, as informações acima sugeridas.



4 CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Indicadores configuram uma ferramenta de planejamento que possuem a função de indicar, e principalmente comunicar, questões julgadas pertinentes ao desenvolvimento municipal e qualidade de vida de seus habitantes.

De acordo com SANTOS (2004):

As realidades se sucedem ao longo do tempo e deixam marcas, evidências, retratos em forma de paisagens. Elas são em si imutáveis. O que muda, ao longo do tempo do homem, é a interpretação que ele faz. As interpretações nada mais são do que a aspiração de se chegar cada vez mais próximo da verdade, ou seja, da “real realidade”... Esses, num primeiro momento são identificados pelo dado, ou seja, pelo princípio ou base imediata do conhecimento sobre o meio, ainda não construído ou elaborado. A decisão do planejador sobre a representação, valor e relação entre os dados é que conduz à determinação dos indicadores.

Bons indicadores têm a função de ajudar na escolha da melhor direção para atuação, fazendo as pessoas a pensarem e agirem, ao invés de somente medir a velocidade dos fatos e observar transformações, conforme explicam MACGILLIVRAY e ZADEK (1995) e INNES e BOOHER (2000).

Não existe, no entanto, uma fórmula para desenvolver um sistema de indicadores. De acordo com as circunstâncias atuais, necessidades, disponibilidades de dados, atores interessados e envolvidos no processo, cada comunidade deve desenvolver o seu próprio sistema.

Segundo VAZ (1995) um dos principais critérios de avaliação do desempenho de uma gestão municipal é a sua capacidade de promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. É difícil, no entanto, “detectar quando a mudança da qualidade de vida é resultado das ações do governo municipal, das ações de outros atores sociais (governos estaduais e federal, ONGs, associações filantrópicas, etc.) ou até mesmo de desempenho da atividade econômica” (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). Mas é possível identificar alguns campos nos quais o governo municipal tem condições e atribuição legal para intervir, como alfabetização de adultos, saneamento básico, coleta e destinação de resíduos sólidos, ensino infantil, creches, entre outros. Portanto, vislumbra-se a necessidade e relevância de abranger duas escalas de avaliação, permitindo uma visão mais abrangente, que oriente ações para todos os atores sociais.

Analisando a realidade do município de Mato Rico, e tendo em vista o momento de elaboração deste PDM, considera-se importante a determinação das seguintes classes de avaliação (baseado em INNES e BOOHER, 2000):

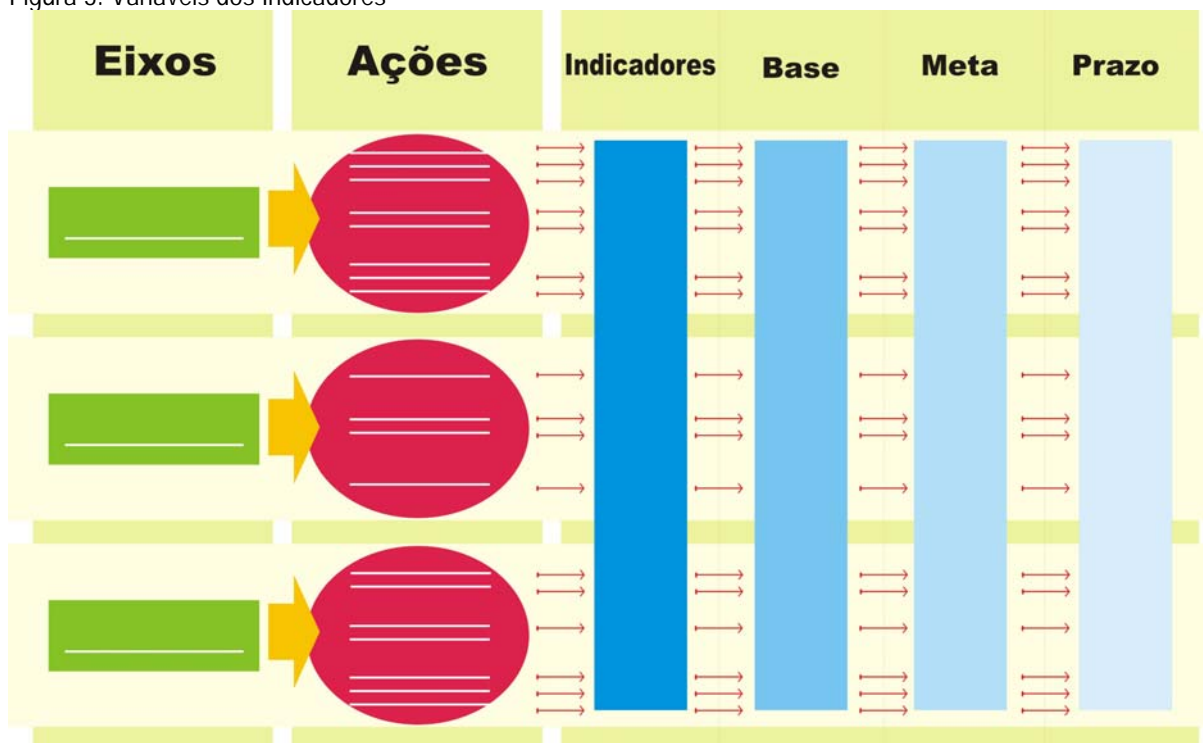
- **Indicadores de performance sistêmica:** são macro-indicadores, que tem o objetivo de desenhar a direção para a qual o município está caminhando, através de uma visão abrangente. Pela importante função, devem ser amplamente entendidos, aceitos por técnicos e demais atores, confiáveis e metodologicamente concisos (*ibid*). Assim, os indicadores que retratariam de melhor maneira a performance do município seriam:

- **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M):** É obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes às dimensões: Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda). Este indicador é publicado em nível municipal em periodicidade em consonância com a publicação do Censo Demográfico, realizado pelo IBGE.
- **Índice de Gini:** Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Este indicador é publicado em periodicidade em consonância com a publicação do Censo Demográfico, realizado pelo IBGE.
- **Indicadores de desempenho do PDM:** referem-se aos chamados indicadores de políticas, planos ou programas, e tem o objetivo de avaliar a implementação do PDM, através das ações determinadas dentro de cada Eixo de Desenvolvimento e dos aspectos da Gestão Municipal. Estes permitem avaliar mais objetivamente ações e resultados alcançados, permitindo buscar a causa de conflitos.

Por fim, é importante destacar a necessidade de um acompanhamento periódico e pré-determinado, configurando um mecanismo de avaliação constante. Sugere-se o repasse e divulgação de informações por parte das secretarias e departamentos da Prefeitura Municipal de forma bimestral para o gestor dos indicadores, e a realização de conferências municipais anuais objetivando a avaliação pública e discussão de alternativas e propostas para melhorar o desempenho destes indicadores. Isto pode permitir inclusive a comparação entre diferentes momentos do governo ou diferentes gestões.

Assim, para cada **indicador** definido, tem-se a identificação do valor **base**, isto é, a situação atual em relação ao indicador, e o estabelecimento da **meta** a ser alcançada em um determinado período de tempo (**prazo**), como ilustra o esquema na Figura 3. Estas variáveis compõem as tabelas apresentadas na seqüência do documento.

Figura 3: Variáveis dos Indicadores

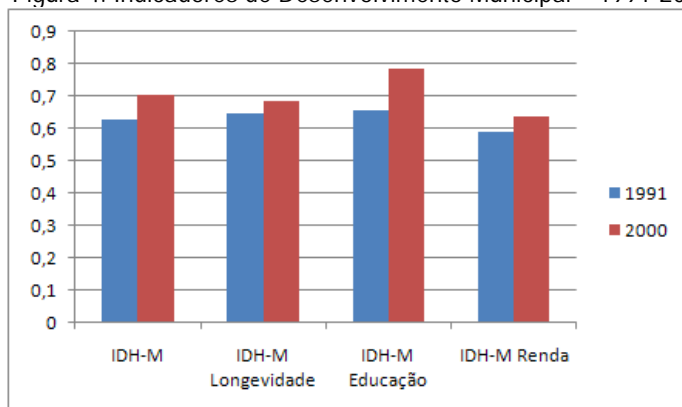


Fonte: ECOTÉCNICA, 2011

4.1 Indicadores de Performance Sistêmica

Conforme já mencionado na ocasião da elaboração da Avaliação Temática Integrada (Etapa 2 do PDM), no ano de 2000 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Rio Branco do Sul foi registrado em 0,702 enquadrando-o entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) cresceu 11,78% passando de 0,628 em 1991 para os já citados 0,702 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento de 1991 a 2000 foi a Educação (0,785) com crescimento de 20%; seguido pela Renda (0,639) com 8,86% e por último a Longevidade (0,683) com 6,05%, como pode ser observado no gráfico a seguir.

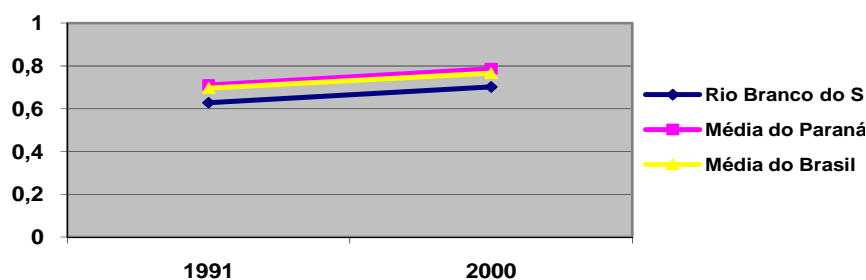
Figura 4: Indicadores de Desenvolvimento Municipal – 1991-2000



Fonte: Base de Dados do IPARDES, 2011, *Apud* PNUD, 2003

Ainda, o IDH de Rio Branco do Sul em 2000 ficou menor que a média brasileira (0,766) classificando em 2.953º lugar e a média do paranaense (0,787) tendo classificação 330º, conforme se pode visualizar no Figura 5, a seguir.

Figura 5: Gráfico do Índice de Desenvolvimento Humano, comparativo dos anos de 1991 a 2000



Fonte: Base de Dados do IPARDES, 2011, *Apud* PNUD, 2003.

Caso o município mantenha o crescimento na taxa do IDH poderá vir a atingir o patamar de IDH-M 0,8, e assim, entrar para a categoria de municípios com alto desenvolvimento humano (maior que 0,8). Pondera-se, portanto, este valor (0,8) como uma meta futura bastante plausível, tendo em vista o crescimento dos últimos anos e a implantação e continuidade deste PDM.

Já o coeficiente de Gini que é responsável por mensurar o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, sendo que quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade, no caso de Rio Branco do Sul no ano de 1991 era de 0,550 e no ano de 2000 permaneceu com o mesmo índice. O gráfico abaixo (Figura 6) ilustra que Mato Rico apresentou panorama diferenciado da média do Estado e do Brasil, enquanto nestes houve aumento da desigualdade, no município em estudo não sofreu alteração.

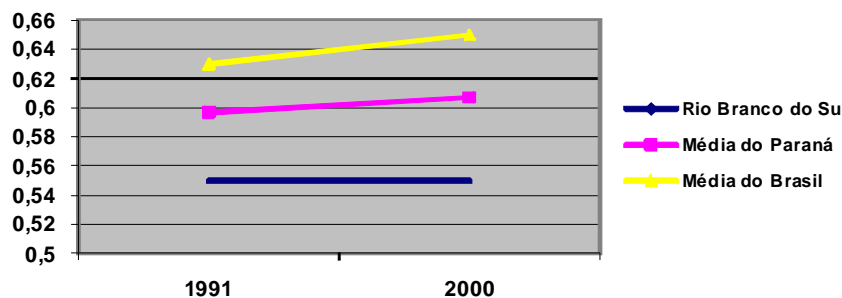


Figura 6: Gráfico do coeficiente de Gini 1991-2000

Fonte: Base de Dados do IPARDES, 2011, *Apud* PNUD, 2003.

Ainda se faz necessário o estabelecimento de uma meta de estabilidade no coeficiente para os próximos 5 anos (estimativa de patamar de 0,45), acreditando em resultados opostos à tendência observada nas duas escalas de análise (regional e nacional).

Tabela 1: Indicadores de performance sistêmica - 2000

Indicador a ser utilizado	Base	Meta em 05 anos
IDH-M	0,702	0,800
Coeficiente de Gini	0,550	0,45

Fonte: Base de Dados do IPARDES, 2011, *Apud* PNUD, 2003

4.2 Indicadores de Desempenho do PDM

Este item tem o objetivo de explicitar os indicadores a serem avaliados periodicamente pela Prefeitura Municipal e Conselho de Desenvolvimento Municipal. Conforme já ressaltado, correspondem às ações delineadas por eixo de desenvolvimento, no documento intitulado P03 – Diretrizes e Proposições.

Muitas das ações referem-se à elaboração e implantação de estudos e projetos, e, por conseguinte, os respectivos indicadores referem-se à execução direta destas ações. No entanto, sempre que pertinente procurou-se quantificar a execução destas ações, de forma a criar indicadores menos subjetivos ou manipuláveis. Ainda, alguns indicadores necessitam de estudos específicos para tornar possível a definição do valor de base, uma vez que se trata de números ainda não quantificados pela Prefeitura Municipal.

Não obstante, destaca-se a importância de uma reflexão constante acerca destes indicadores, da sua validade e pertinência no processo de avaliação do desempenho do PDM. Obviamente, à medida que as ações forem reavaliadas, de forma democrática e participativa conforme recomendado pelo Plano de Ações, há a necessidade de readequação destes indicadores.

P04 A – PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL



4.2.1 Indicadores dos Eixos de Desenvolvimento

Tabela 2: Indicadores de gestão em ações internas

Eixo	Ação	Indicador a ser utilizado	Base	Meta/Prazo ⁽¹⁾
FORTELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	Organizar e fortalecer as cooperativas e associações de classes rurais	número de associações e cooperativas	02 associações ⁽²⁾ existentes	acréscimo de mais 01 associação ou cooperativa (em até 03 anos)
	Atualizar o cadastro de produtores rurais	% de produtores rurais cadastrados	80% dos produtores rurais cadastrados	chegar a 100% dos produtores rurais cadastrados ⁽³⁾ (em até 01ano)
	Apoiar o desenvolvimento agropecuário e a diversificação de culturas	quantidade de novas culturas implantadas de	insuficientes	Implantação de 02 novas culturas ao ano (em até 05 anos)
	Incentivar a instalação de agroindústrias no município	número de agroindústrias instaladas	01 agroindústria ⁽⁴⁾ existente	instalação de mais 02 agroindústrias (em até 03 anos)
	Implantar mercado agrícola para comercialização da produção no próprio município	% da produção municipal destinada à comercialização no próprio município	30% da produção municipal é comercializada no próprio município ⁽⁵⁾	aumentar para 60% da produção municipal comercializada no próprio município (em até 03 anos)
	Firmar consórcios e parcerias intermunicipais	consórcios e parcerias estabelecidas	Inexpressivo	firmar mais 05 consórcios/parcerias ⁽⁶⁾ (em até 03 anos)
	Orientar e apoiar as famílias para obtenção de financiamento de micro-crédito agrícola (PRONAF)	% de pequenos produtores orientados	70 % de pequenos produtores orientados	chegar a 100% pequenos produtores orientados (em até 03 anos)
	Implantar Programa de Sanidade de produtos de origem animal e vegetal	criação legal do Programa de Sanidade de produtos de origem animal e vegetal	Programa de Sanidade criado, porém não regulamentado	Programa de Sanidade regulamentado legalmente (em até 03 anos)
	Manter estradas e pontes municipais em boas condições de conservação e trafegabilidade	% de estradas e pontes em bom estado de conservação	70% de estradas e pontes em situações adequadas	chegar a 100% (em até 03 anos)
ALAVANCAGEM DAS ATIVIDADES DE TRANSFORMAÇÃO E	Incentivar a implantação de indústrias de beneficiamento no município	% de indústrias de beneficiamento legalmente existentes	30% das indústrias de beneficiamento legalmente existentes ⁽⁸⁾	chegar a 100% das indústrias de beneficiamento existentes legalmente (em até 01 ano)
	Cadastrar as atividades de transformação e serviços	% de atividades de transformação e serviços cadastradas	cadastro inexistente	atualização de atividades de transformação e serviços (em 01 ano)
	Implantar escola técnica e profissionalizante no município	Implantação de escolas técnicas e profissionalizantes no município	inexistente	01 escola técnica e profissionalizante implantada (em até 03 anos)

Eixo	Ação	Indicador a ser utilizado	Base	Meta/Prazo ⁽¹⁾
FORTALECIMENTO DO ARRANJO DA EXPLORAÇÃO MINERAL	Firmar convênio com a MINEROPAR/VOTORAN	Firmação de convênio com a MINEROPAR/VOTORAN	inexistente	Convênio firmado com a MINEROPAR/VOTORAN (em 01 ano)
	Cadastrar as atividades de exploração minerária municipais	Criação de cadastro para atividades minerárias	Cadastro inexistente	Criação e de Cadastro Municipal das Atividades Minerárias (em até 03 anos)
	Realizar campanhas para controle do transporte de produtos minerários	Número de campanhas realizadas	inexistente	01 campanha por semestre (em até 05 anos)
	Incentivar a atividade de mineração de calcário e granito	% de atividades regulares	30% de atividades de mineração regulares	chegar a 100% de atividades de mineração regulares (em até 05 anos)
	Criar canal de comunicação com a Votorantim Cimentos	Número de parcerias firmadas	insuficiente	05 parcerias firmadas (em até 03 anos)
RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	Recuperar as matas ciliares	% de mata ciliar rural preservada	80% das matas ciliares rurais preservadas	chegar a 100% (em até 03 anos)
		% de mata ciliar urbana preservada	30% das matas ciliares urbanas preservadas	chegar a 70% (em até 03 anos)
	Conscientizar os proprietários de terras quanto à importância das RPPNs e reserva legal	% de proprietários conscientes	75% de proprietários conscientes	Chegar a 100% de proprietários conscientes (em até 03 anos)
	Solicitar o manejo adequado do reflorestamento	% de propriedades que praticam o reflorestamento de forma adequada	70% das propriedades praticam o reflorestamento de forma adequada	Chegar a 100% das propriedades com reflorestamento de forma adequada (em até 03 anos)
	Preservar as bacias hidrográficas do município e aquífero Carste	% da população consciente sobre a preservação das bacias e do Carste	60% da população consciente sobre a preservação das bacias e do Carste	chegar a 100% da população consciente sobre a preservação das bacias e do Carste (em até 01 ano)
	Elaborar estudo da bacia de contribuição dos compartimentos hidrogeológicos	Elaboração estudo da bacia de contribuição	inexistente	estudo da bacia de contribuição elaborado (em até 05 anos)
	Proibir ocupações em áreas de preservação permanente	% de ocupações em APP na área urbana	70% das APPs urbanas apresentam ocupações irregulares	chegar a 00% de APPs com ocupações irregulares ⁽⁷⁾ (em até 03 anos)
	Elaborar Plano de Contingência e de Defesa Civil para o município	Elaboração do Plano de Contingência e de Defesa Civil	-	Plano elaborado (em até 01 ano)

P04 A – PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL



Eixo	Ação	Indicador a ser utilizado	Base	Meta/Prazo ⁽¹⁾
	Promover cursos e palestras voltados à educação ambiental	Nº de cursos e palestras	01 curso / palestra por mês ⁽⁹⁾	Manter 01 curso / palestra por mês (em até 05 anos)
	Exigir relatórios periódicos das indústrias potencialmente poluidoras quanto à emissão de materiais particulados	% relatórios das indústrias potencialmente poluidoras protocolados e analisados na prefeitura	inexistente	100% das indústrias potencialmente poluidoras com relatório protocolados e analisados na prefeitura (em até 01 ano)
	Fiscalizar e promover a redução do uso abusivo de agroquímicos	Número de relatórios anuais emitidos pelo fiscalizador	inexistente	02 relatórios por ano - semestral (em até 03 anos)
	Elaborar o PGRH e PMSB	Elaboração do PGRH e PMSB	inexistentes	PGRH e PMSB elaborados (em até 03 anos)
	Encerrar e recuperar o lixão	Fechamento e recuperação do lixão	-	Lixão encerrado e recuperado (em até 03 anos)
	Construir o Aterro Sanitário e Usina de Triagem	Construção do Aterro Sanitário e Usina de Triagem	inexistentes	Aterro Sanitário e Usina de Triagem construídos (em até 03 anos)
	Elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Campanha de Coleta Seletiva	Elaboração e implementação do PGRS e Campanha de Coleta Seletiva	inexistentes	PGRS e Campanha de Coleta Seletiva elaborados e implementados (em até 01 anos)
REABILITAÇÃO DA SEDE URBANA	Efetivar o novo perímetro urbano (sede e distrito) através da implantação dos marcos de concreto	Número de marcos de concreto implantados	0 marcos implantados	Implantação de 53 marcos de concreto (em até 01 ano)
	Recuperar as vias urbanas	% de vias urbanas danificadas	50% das vias danificadas	recuperar 80% das vias urbanas danificadas (em até 01 ano)
	Adequar os pontos de conflitos viários	Número de conflitos viários identificados	07 pontos de conflitos viários identificados	reduzir para 00 pontos de conflitos, a partir da adequação de sinalização (em até 03 anos)
	Requalificar o acesso principal (entrada) da sede	Requalificação do acesso principal (entrada) da sede	-	acesso principal (entrada) da sede requalificado ⁽¹⁰⁾ (em até 05 anos)
	Implantar sinalização viária (horizontal e vertical)	% da sede urbana com sinalização viária adequada	60% da sede urbana apresenta sinalização viária adequada	chegar a 100% da sede urbana com sinalização viária adequada (em até 05 anos)

Eixo	Ação	Indicador a ser utilizado	Base	Meta/Prazo ⁽¹⁾
	Implantar desvio de fluxo pesado da sede urbana	Elaboração de estudos e projeto para viabilização de desvio de tráfego	-	Implementação do desvio (em até 03 anos)
	Elaborar Plano de Duplicação da rodovia PR-092	Estabelecer parceria junto ao DER para duplicar a rodovia	-	Rodovia PR-092 duplicada (em até 05 anos)
	Adequar calçadas para pedestres	% de calçadas adequadas	50% de calçadas adequadas	chegar a 80% das calçadas adequadas (em 05 anos)
	Implementar Plano de Arborização Urbana e Paisagismo	Implementação Plano de Arborização Urbana e Paisagismo	inexistente	Plano de Arborização Urbana e Paisagismo implementado (em até 03 anos)
	Requalificar o terminal rodoviário e incrementar as linhas de transporte intermunicipais e interestaduais	Requalificação do terminal rodoviário a	-	terminal rodoviário requalificado (em até 05 anos)
Número de linhas de transporte intermunicipais e interestaduais		04 linhas da RIT	Acréscimo de mais 02 linhas da RIT (em até 05 anos)	
	Ampliar e promover melhorias no sistema de abastecimento de água	% de atendimento adequado no município	⁽¹¹⁾	100% do município com atendimento adequado (em até 03 anos)
	Implantar sistema de coleta e tratamento coletivo de esgoto sanitário (rede) na sede urbana	% da sede urbana com sistema de esgoto implantado	0%	100% da sede urbana atendida por rede coletora e tratamento de esgoto (em até 05 anos)
	Elaborar o Plano Diretor de Drenagem Urbana	Elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana	inexistente	Plano Diretor de Drenagem Urbana elaborado (em até 03 anos)
	Promover a regularização fundiária da sede urbana (loteamentos irregulares e clandestinos)	Nº de loteamentos irregulares a serem regularizados	77 loteamentos irregulares ⁽¹²⁾	Regularização dos 77 loteamentos irregulares ⁽¹²⁾ (em até 03anos)
% de famílias que invadiram áreas		308 famílias invadiram áreas ⁽¹³⁾	Regularizar as 308 famílias (ou realocar se necessário) (em até 03anos)	
	Realocar famílias em áreas de risco	% de famílias em áreas de risco	40% das famílias em áreas de risco ⁽¹⁴⁾	Realocar 40% das famílias em áreas de risco (em até 03anos)

Eixo	Ação	Indicador a ser utilizado	Base	Meta/Prazo ⁽¹⁾
	Implantar novo cemitério municipal em área ambientalmente adequada	Implantação de novo cemitério	-	novo cemitério implantado (em até 03anos)
	Promover a fiscalização urbana	% de autuações ou notificações de irregularidades	Inexpressiva	60% das irregularidades notificadas (em até 01 ano)
GARANTIA DA QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR	Apoiar as famílias de baixa renda	% de famílias de baixa renda recebendo apoio social	70% de famílias de baixa renda com apoio social	100 % de famílias de baixa renda com apoio social ⁽¹⁵⁾ (em até 01 ano)
	Promover melhorias na habitação rural	% de habitações rurais que necessitam de melhorias	30% das habitações rurais necessitam de melhorias	promover melhorias em 30% das habitações rurais (que necessitam) (em até 03 anos)
	Implantar equipamentos de esporte e lazer	número de equipamentos implantados na área urbana	12 na sede urbana	acréscimo de mais 07 equipamentos de lazer na área urbana, incluindo um parque (em até 05 anos)
		número de equipamentos implantados na área rural	05 na área rural (pesque-pague)	acréscimo de mais 05 equipamentos de lazer na área rural (em até 05 anos)
	Melhorar o sistema de comunicação rural	% população rural atendida por sistema de telefonia móvel	insuficiente	atender 80% da população rural por sistema de telefonia móvel (em até 05 anos)
	Ampliar e promover melhorias nas estruturas da rede de ensino	% das estruturas da rede de ensino que necessitam de ampliações e melhorias	40% das estruturas da rede de ensino necessitam de ampliações e melhorias	atender os 40% (em até 05 anos)
	Ampliar e promover melhorias nas estruturas da rede de saúde	% das estruturas da rede de saúde que necessitam de ampliações e melhorias	40% das estruturas da rede de saúde necessitam de ampliações e melhorias	atender os 40% (em até 05 anos)
	Ampliar e promover melhorias nas estruturas da rede social municipal	% das estruturas da rede social municipal que necessita de ampliação e melhorias	50% das estruturas da rede social necessita de ampliações e melhorias	atender os 50% (em até 05 anos)

Eixo	Ação	Indicador a ser utilizado	Base	Meta/Prazo ⁽¹⁾
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL E DE AVENTURA	Elaborar e implementar plano de desenvolvimento turístico	Implementação do Plano	inexistente	Implementação do Plano (em até 05 anos)
	Elaborar estudo para requalificação da linha férrea para o turismo de passageiros	Elaboração de estudo de requalificação da linha férrea	inexpressiva	linha férrea requalificada (em até 05 anos)
	Incentivar proprietários a abrir suas propriedades para o turismo rural	nº de proprietários interessados	inexpressivo	Pelo menos 05 proprietários interessados (em até 05 anos)

(1) O prazo se refere à execução de cada ação, sendo: 1 ano (prazo imediato), 01 a 03 anos (curto prazo) e 03 a 05 anos (médio prazo).

(2) As associações são as ACARS e a RIOSUL.

(3) Necessidade de atualização do cadastro constante.

(4) A agroindústria refere-se ao beneficiamento da poupa de fruta.

(5) A grande maioria da produção agrícola municipal é destinada ao CEASA de Curitiba.

(6) Além de consórcios de saúde e outros, é imprescindível um consórcio intermunicipal para destinação dos resíduos, enquanto o aterro sanitário não é implantado. Da mesma forma como já é intenção do município, firmar uma parceria para implantação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) para os produtos de origem animal para todo o Vale do Ribeira.

(7) Deverão ocorrer realocações das famílias instaladas sobre as APPs (margens dos rios), conforme diretrizes do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

(8) Há diversas indústrias de beneficiamento em especial de quebra de pedras para formar o *petit pavé*, que apesar de familiares estão em situações irregulares, sem nenhum tipo de licença e com o uso do trabalho infantil.

(9) Alguns cursos e informações já são dados nas reuniões periódicas das associações, considerando parcerias com o SENAR, EMATER e IAPAR. Há, no entanto, necessidade de aumentar a quantidade de técnicos para ministrar os cursos e orientações.

(10) Deve-se elaborar um plano de requalificação, primando por um portal de entrada a Rio Branco do Sul e modificação no traçado viário, de modo que os veículos acessem de imediato a Rua Derso Costa (continuidade da Avenida Carlos Cavalcanti).

(11) Não existe dados técnicos de volumes de água produzidos nem distribuídos, o que dificulta a determinação da vazão necessária para garantir o abastecimento de água. Entretanto, a administração pública municipal assinou um convênio com a SANEPAR, para assumir o sistema.

(12) Apenas o loteamento Planta Jardim Albarana é regular.

(13) Quantitativo que se refere ao número de famílias que invadiram áreas. As áreas de invasão apontadas no diagnóstico são: Nossa Senhora de Fátima; Jardim Froma; Fundos do CAIC; Jardim Record; Vila Ricarda; São Luiz (fundos da linha férrea) e São Luiz II (confluência do rio Santaria com o Tacaniça). Deverão ser regularizadas ou realocadas conforme necessidade de acordo com diretrizes do PLHIS.

(14) As realocações das famílias em áreas de risco deverão ocorrer conforme diretrizes do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

(15) Não confundir apoio social com assistencialismo. É um apoio para mantê-los em cadastros sociais atualizados, encaminhamentos a emprego dentre outros.

4.2.2 Indicadores de Gestão Administrativa

Tabela 3: Indicadores de Gestão Interna

Indicador	Abrangência	Avaliação	Un	Meta	
				Ano	Resultado
Realinhar competências da Secretaria municipal de Planejamento	Município	Verificar as competências inerentes da Secretaria de Planejamento	01	Até 2011	Secretaria de Planejamento operante com atribuições específicas
Realinhar competências da Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Município	Verificar as competências inerentes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano	01	Até 2011	Secretaria de Desenvolvimento Urbano, operante com atribuições específica
Realinhar competências da Secretaria de Educação e Cultura	Município	Verificar as competências inerentes da Secretaria de Educação e Cultura	01	Até 2011	Secretaria de Educação e Cultura operante com atribuições específicas
Realinhar competências da Secretaria de Ação Social	Município	Verificar as competências inerentes da Secretaria de Ação Social	01	Até 2011	Secretaria de Ação Social operante com atribuições específicas
Realinhar competências da Secretaria de governo	Município	Verificar as competências inerentes da Secretaria de governo	01	Até 2011	Secretaria de governo operante com atribuições específica
Implantar a Divisão de habitação	Município	Verificar a implantação da Divisão de habitação	01	Até 2014	Divisão o implantada e operante
Implantar a Divisão de Informática	Município	Verificar a implantação Divisão de Informática	01	Até 2014	Departamento instalado e operante
Implantar um Sistema de Informações de Geoprocessamento	Município	Avaliar a implantação do sistema de geoprocessamento	01	Longo Prazo	Sistema implantado e em funcionamento
Readequar o ambiente físico da sede da prefeitura	Município	Avaliar a readequação do ambiente interno (sede da prefeitura)		Até 2014	Ambiente funcional
Implementar o funcionamento do órgão de controle interno	Município	Avaliar a implantação de instrumentos e ferramentas de apoio		Até 2013	Sistema implantado e em funcionamento
Complementar dados municipais no site municipal	Município	Avaliar qualidade de registros de dados		Até 2012	Site atualizado
Adequar o endereço eletrônico do sitio municipal	Município	Adotar endereço eletrônico oficial para todos os servidores		Até 2011	e-mail padronizados
Recuperar receitas próprias municipais	Município	Avaliar e quantificar o incremento das Receitas de Origem Tributária	% de incremento das Receitas de	Até 2013	(Receita Tributária - Orçamento 2010 20% - 2011 15% - 2012 10% - a partir de 2013

P04 A – PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL



Indicador	Abrangência	Avaliação	Un	Meta	
				Ano	Resultado
			Origem Tributária		
Promover campanha para incentivo de emissão de notas fiscais	Município	Avaliar o incremento das receitas de ICMS e ISS pós campanha realizada.	% de incremento das receitas de ICMS e ISS	Anual até 2013	(Receita Tributária - Orçamento 2010 20% - 2011 15% - 2012 10% - a partir de 2013)
Readequar às estimativas do planejamento orçamentário municipal	Município	Reavaliar o planejamento orçamentário anual		Anual	Planejamento orçamentário com metas adequadas
Implantar plano de cargos e carreira para todos servidores municipais	Município	Elaboração do Plano de Cargos e Salários para todos os servidores	01	Longo Prazo	Plano de cargos e Salários implantado
Promover programa de capacitação dos servidores municipais	Município	Avaliar a ocorrência de Capacitação dos servidores Municipais.	% de servidores capacitados a cada ano	até 2013	30% ao ano em cada divisão
Readequar o número de servidores municipais	Município	Mapear nº de servidores municipais, por órgão		até 2012	Mapeamento concluído
Reestruturar área Tributária	Município	Compor com equipe técnica e equipamentos	01	até 2012	Infraestrutura humana e física adequada.
Compor o quadro de servidores com o profissional Geólogo	Município	Compor Secretaria de Meio Ambiente com profissional Geólogo	01	até 2012	Profissional contratado

P04 A – PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL



Tabela 4: Indicadores de Gestão Democrática Permanente

Indicador	Abrangência	Avaliação	Un	Meta	
				Ano	Resultado
Promover articulação com atores municipais e esferas estaduais e federais	Município	Avaliar a realização de reuniões com lideranças locais.		Anual	Realização de reuniões trimestrais
Ampliar a participação dos conselhos municipais na gestão municipal	Município	Avaliar e quantificar os Projetos efetivados por Conselho.		Anual	Efetivação de 01 projeto por Conselho por ano
Criar Conselhos municipais em diferentes áreas.	Município	Avaliar criação do Conselho da Cidade	1	Até 2011	Conselho da Cidade implantado



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este volume teve por objetivo traçar um documento voltado a auxiliar os Administradores Municipais e o Conselho de Desenvolvimento Municipal na implementação e monitoramento das Ações componentes do Plano Diretor Municipal, mediante a explicitação de mensurações e avaliações de desempenho das ações propostas.

A partir da adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, sugerida no capítulo 2 deste volume, e readequadas as atribuições dos segmentos da estrutura e otimizando suas funções, as ações deverão ser focadas para o alcance dos objetivos do Plano Diretor Municipal.

Com a implantação do Sistema de Informação sugerido no capítulo 3 deste volume, e utilização de indicadores de avaliação, capítulo 4, poderá ser mensurada a eficiência do conjunto das ações do Plano Diretor Municipal e da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal.



6 REFERÊNCIAS

ESTATUTO DA CIDADE. **Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília, 2001.

INNES, J. e D. E. BOOHER, Indicator for Sustainable Communities: A Strategy on Complexity Theory and Distributed Intelligence, In: **Planning Theory and Practice**, vol. 1, n.º 2, p. 173 – 186, Londres, 2000.

MACGILLIVRAY, A. e S. ZADEK, Accounting for Change, In: **The New Economics Foundation**, Londres, 1995.

RAVANELLO. **Gestão de Tecnologia da Informação / Internet**. Apostila Acadêmica: MBA Executivo em Gestão Empresarial Estratégica – EDUCON. Curitiba, 2006.

SANTOS, F. R. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

VAZ, J. C., Medindo o Desempenho da Gestão. **Dicas do Instituto Pólis**, DICAS nº 37, 1995.

